

7.08.07 - Educação / Tópicos Específicos de Educação.

## RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CENÁRIOS NO CONTEXTO DO PNE (2014-2024)

Daniele Antonia da Silva<sup>1</sup>, Antônio Cabral Neto<sup>2</sup>

1. Mestranda em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
2. Professor da UFRN- Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação/ Orientador

### Resumo

Este trabalho apresenta resultados de um dos ângulos da investigação desenvolvida no âmbito do Projeto de pesquisa em rede, denominado “Expansão e qualidade da educação superior no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024): tensões, limites e perspectivas”. E teve como objetivo geral analisar o processo de expansão da educação superior, no Estado do Rio Grande do Norte, considerando a relação público-privado e a sua repercussão para o atendimento da Meta 12 do PNE (2014-2024), no período de 2015 a 2018. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão de literatura; levantamento de dados relativos ao Rio Grande do Norte, disponíveis nos bancos de dados do INEP, MEC, CAPES; levantamento e análise de fontes documentais. Os resultados evidenciaram que as políticas públicas implementadas permitiram a ampliação das matrículas na educação superior do RN, embora, o quadro denota que o Estado ainda não atingiu os índices previstos na Meta 12 do PNE. Registra-se, ademais, que a iniciativa privada, no período analisado, detém maior participação nas matrículas, significando, portanto, uma supremacia desse setor na oferta da educação superior no Estado do RN.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Privatização. Democratização da graduação.

**Apoio financeiro:** CNPq/PROPESC

**Trabalho selecionado para a JNIC:** Pró- Reitoria de pesquisa – Propesq (UFRN)

### Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é composto por 20 metas e um conjunto de estratégias. A vigência do mencionado plano está prevista para o decênio 2014-2024 e propugna uma expansão da educação superior mediante um processo de diversificação institucional, reforçando a necessidade de criação de novas arquiteturas institucionais e acadêmicas. Nesse contexto, o modelo de universidade que articula ensino, pesquisa e extensão deixa de ser o único formato acadêmico responsável pela a expansão da educação superior, embora, não deixe de ser destacado no plano como um formato importante.

Dentre as 20 metas do PNE, três tratam, especificamente, da educação superior, são elas: as metas 12, 13 e 14. O foco dessas metas se refere à expansão da educação superior no Brasil. Essas estratégias governamentais para educação superior são focadas num projeto de maior articulação e cooperação entre universidades e empresas na geração e inovações e de conhecimento aplicado que favoreçam uma maior competitividade das empresas, bem como uma maior agregação de valor aos produtos e serviços das diferentes cadeias produtivas no país, no contexto de ampliação da lógica capitalista de produção e acumulação.

Esse trabalho analisará, apenas, a meta 12 do PNE, que trata da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Diante disso, o propósito deste trabalho é analisar o processo de expansão da educação superior, no Estado do Rio Grande do Norte (RN), considerando a relação público-privado e a sua repercussão para o atendimento da Meta 12 do PNE (2014-2024). E como objetivos específicos: compreender como se configura a relação público-privado na expansão da educação superior no RN; sistematizar e analisar, de modo mais específico, as variáveis/indicadores de expansão da educação superior nesse Estado, considerando as assimetrias existentes e a participação dos setores público e privado na oferta desse nível educacional.

### Metodologia

Neste trabalho foram utilizadas abordagens qualitativas e qualitativas, em função do foco em cada uma das suas etapas. A pesquisa implicou no estudos e tratamento de dados de base primária e secundária, por meio de levantamentos, exploração de bases de dados e micro dados disponibilizados nos Bancos de dados. Os bancos de dados e as avaliações estatísticas sobre a educação superior forma amplamente utilizados. Dentre os procedimentos básicos da pesquisa, destacam-se:

1) Revisão de literatura acerca da temática em estudo -

a revisão de literatura sobre o tema objeto de estudo foi de fundamental importância, nessa primeira etapa da pesquisa, tendo por base: a) análise do banco de dados Domínio Público: teses e dissertações; b) análise dos artigos dos Periódicos A1 e A2 do Qualis CAPES; c) exame da “produção do conhecimento” sobre “expansão da educação superior” no Scielo; d) análise da produção do GT 11/Anped Políticas de Educação Superior (trabalhos apresentados e sessões especiais correlacionados ao tema).

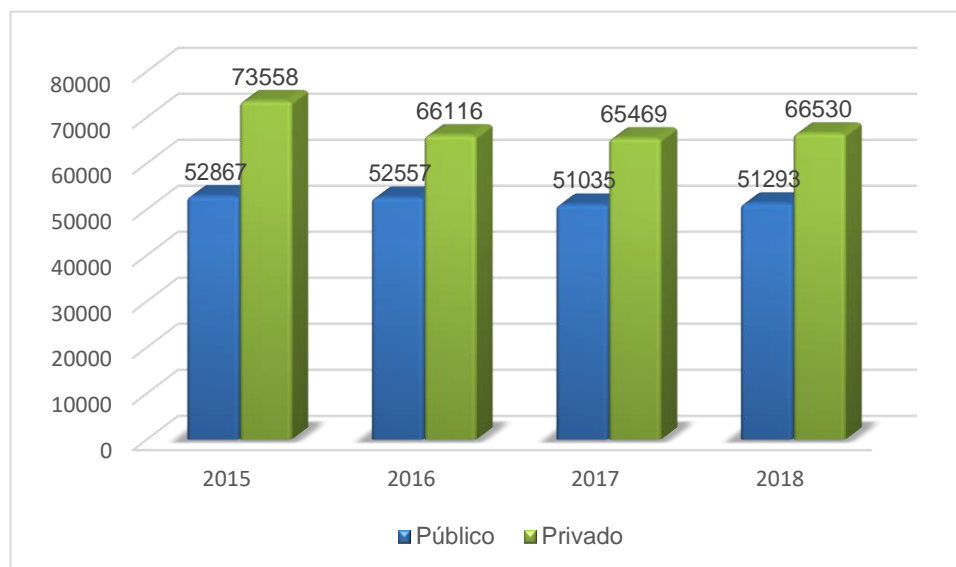
2 - Levantamento e análise de dados agregados pertinentes nos níveis nacionais e regionais (Região Nordeste) e local (Rio Grande do Norte), bem como exploração de bancos de dados (INEP, IBGE, CAPES, CNPq, FINEP, MEC).

3 - Levantamento e análise de fontes documentais primárias e secundárias, incluindo dispositivos legais, destacadamente nos sites do MEC e INEP.

## Resultados e Discussão

A análise do processo de expansão da educação superior no Rio Grande do Norte, demonstra que ocorreu, nos últimos anos, um aumento significativo do número de empresas educacionais, reconfigurando, desse modo, o espaço da educação superior no Estado. Esse fenômeno já vinha sendo observado anteriormente nas regiões Sul e Sudeste do país e foi orientado por uma ótica de mercantilização desse nível educacional. A análise da literatura sobre esse tema registra que a intensificação da atuação do mercado educacional na Região Nordeste e, especificamente no Estado do RN, decorreu, dentre outros fatores, pela saturação do mercado nas regiões Sul e Sudeste. No que concerne ao RN, atualmente podemos afirmar, com base nos dados registrados no gráfico 1, que o aumento das matrículas do setor privado no estado ultrapassou as matrículas do setor público.

Gráfico 1- Matrículas Total em Cursos de Graduação - Público e privado - Rio Grande do Norte (2014-2017)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo da Educação Superior (2014-2018)

Nessa série histórica de 2015 a 2018, referente ao Rio Grande do Norte, segundo os dados do Censo de Educação Superior-INEP, o setor privado, em 2015, era responsável por 58,20% do total de matrículas de graduação e o setor público por 41,80% do total.

O maior número de matrículas alcançado pelo os dois setores foram em 2015, um ano após a aprovação do novo PNE, a esfera pública obteve um total absoluto de 52.867 matrículas e a iniciativa privada uma maior quantidade de 73.558 matrículas.

Nota-se que a partir de 2015, o setor público demonstra uma queda no número de matrículas da graduação ano após ano até 2017, enquanto o setor privado apresenta um crescimento no mesmo período.

Com base, nessa série histórica de 2015 a 2018 ambas os setores apresentaram uma diminuição no total de matrículas, o público obteve uma queda de 3% e o privado 10%. Apesar desse desaceleração na expansão das matrículas, o setor privado, no ano de 2018, últimos dados divulgados pelo Censo, teve crescimento de 2% e o público 1%. Sendo assim, o setor público além de apresentar redução de matrículas no período analisado, ainda teve um menor crescimento.

Ressalta-se, então que o setor privado teve um crescimento sucinto, porém, constante, um reflexo do cenário nacional de redução de gastos com as políticas sociais e incentivo à privatização da educação superior.

Segundo Chaves (2015, p.439)

[...]pode-se afirmar que o comportamento do governo em relação ao investimento na educação, em especial, na educação superior, atende as orientações dos organismos multilaterais financeiros, em especial as do Banco Mundial, que defendem entre outras medidas: “disciplina

fiscal”, priorização dos gastos públicos em áreas de “alto risco” e privatização dos serviços sociais. Em relação à educação superior, explicita-se a necessidade de esta ser reestruturada com vistas à adoção do modelo de gestão gerencial, com diversificação das formas e fontes de financiamento, além da criação de instrumentos ditos de avaliação destinados a medir resultados quantitativos.

Nessa lógica, uma das políticas públicas que impactou a relação do público-privado na educação superior, foi o Plano Nacional da Educação (2014-2014), pois possibilitou a predominância nas matrículas da graduação no setor privado em relação ao setor público, mediante o incentivo de renúncias fiscais concedidas pelo Estado a essas instituições em troca de atendimento aos estudantes de baixa renda e advindos da escola pública.

Como é o caso do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUni), ambos programas direcionados para a oferta de bolsas de até 50% e financiamento dos estudos no interior de IES privadas. A estratégia 12.20, da meta 12 do PNE trata da expansão da educação superior por via desses programas,

Ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos - PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou à distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2014).

Essa estratégia faz parte da meta 12 de expansão da educação superior, que propõe aumentar para 50% a porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa bruta de matrícula (TBM) e chegar a 33% da porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior - Taxa líquida de matrícula (TLM), no período de 2014 a 2024. Mesmo com a participação do setor privado, ambas as metas ainda não foram alcançadas no RN em 2018, a TBM representa 43,7% e a TLM 22,5%.

Outro objetivo dessa meta propõe que, até 2024, pelo menos 40% das novas matrículas sejam no segmento público, entretanto até 2018 em todo o Brasil, apenas 12,9% dos estudantes da educação superior estavam matriculados na rede pública. Sendo assim, esses programas como FIES e ProUni são financiados pelo o fundo público que deveria está sendo investido mais na abertura de novos campi universitários, ampliar matrículas, cursos noturnos e educação a distância para incluir um maior número da população que sofre com precarização das escolas básicas públicas, e o negação de direitos.

Ademais, com o crescimento das matrículas nas instituições privadas, a qualidade da educação se torna questionável, considerando que muitas IES oferecem uma educação restrita ao ensino, como uma mercadoria de qualidade duvidosa, para atender somente às demandas do mercado capitalista, sem dar a devida atenção a uma formação mais humana, condizente para uma participação mais ativa dos sujeitos na sociedade. Minto (2018) afirma que, em consequência disso, vivenciamos atualmente essa desqualificação da tríade indispensável nas universidades públicas, ensino-pesquisa-extensão, a desvinculação realizada pela mídia dessa modalidade com o cotidiano e o trabalho, é uma tentativa de enaltecer a lógica da educação para o trabalho, deixando a margem as demais dimensões que formam sujeitos mais críticos e reflexivos.

## Conclusões

As políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro permitiram a ampliação das matrículas na educação superior do RN, entretanto, registra-se que a iniciativa privada no período analisado detém maior participação nas matrículas, significando, portanto, uma tendência a privatização desse nível de ensino. Conclui-se que, embora, as matrículas no ensino superior tenham aumentado, o quadro atual denota que no RN ainda não se atingiu os índices previstos na Meta 12 do PNE.

Cabe destacar, todavia, que nenhuma das três metas do PNE destinadas à expansão da educação superior “com qualidade”, será assegurada sem o cumprimento da meta 20, que trata de “ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência do PNE, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio”. No tocante à educação superior, o financiamento dessas metas e estratégias e outras ações deverão ser estabelecidos a partir de diálogo permanente entre governo e instituições, considerando as diferentes possibilidades de expansão a partir das condições instaladas e das que precisam ser criadas.

Diante dessas estratégias que incentivam um maior crescimento da privatização da educação superior, é preciso, no entanto, questionar qual será o grau de subordinação do trabalho, da pesquisa, da produção intelectual e da formação acadêmica aos interesses do mercado e do capital produtivo e, também, quais serão as implicações para a autonomia e para a identidade institucional, assim como para o projeto, compromissos e engajamentos sociais das universidades públicas.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Dilvo Ristoff. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (Org.). **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Brasília: Inep/mec – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 28. v.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de financiamento e a expansão da educação superior no brasil: o público e o privado em questão. **Educação Temática Digital**, Campinas. SP, v. 12, n. 2, p. 427-441, maio/ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de Junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF, Brasília, DF: Presidente da República, (2014). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 23 de mar. de 2019.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 23, p.1-17, 1 fev. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230011>.